

Senado aprova acordos e indicações de autoridades

Sessão presidida por Sarney examina novas matérias consensuais. MP que destina R\$ 1 bilhão para municípios tranca a pauta do Plenário. **3**



Reforma pode excluir votação em trânsito e voto impresso



Marco Maciel (E), Demostenes Torres, Flexa Ribeiro e Eduardo Azeredo na reunião conjunta de comissões do Senado

Permissão para veiculação, na internet, de propaganda paga é uma das inovações previstas no relatório conjunto de duas comissões

As comissões de Ciência e Tecnologia e de Constituição e Justiça marcaram para a próxima terça-feira a votação da reforma eleitoral. Ontem, os relatores das duas comissões – Marco Maciel (CCJ) e Eduardo Azeredo (CCT) – apresentaram relatório conjunto que retira do texto da reforma pontos polêmicos aprovados pela Câmara, como a votação em trânsito e a impressão do voto da urna eletrônica. **6**

Em estudo, regras para emissoras comunitárias

Comissão de Ciência e Tecnologia anuncia criação de grupo de trabalho para analisar normas. **2**

Novo prazo para requerer pensão por morte

Projeto aprovado pela CCJ amplia de 30 para 90 dias prazo para requerimento ao INSS. **7**

Senador paraguaio pede apoio a novo acordo de Itaipu

Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Eduardo Azeredo ouve apelo de colega paraguaio, mas alerta para impacto sobre brasileiros. **2**



Azeredo (D) conversa com o presidente do Senado paraguaio, Miguel Carrizosa (C)

Aprovado em comissão piso de R\$ 930 para agente de saúde

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem piso salarial de R\$ 930 para os agentes comunitários de saúde. De acordo com a proposta acolhida em caráter terminativo, o profissional deverá

ter segundo grau completo para obter esse direito. A comissão aprovou também a regulamentação profissional dos instrutores de trânsito e dos técnicos em imobilização ortopédica. **8**

Agentes de saúde comemoram com os senadores, na CAS, a aprovação do piso salarial



Benefício para quem trabalha com inflamáveis

Trabalhadores em contato permanente com explosivos ou inflamáveis

podem ser incluídos na lista dos que têm direito a receber adicional de peri-

culosidade, segundo projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais. **8**

Assinado em julho último, documento eleva a remuneração ao Paraguai sobre o excedente de energia comprado pelo Brasil. Azeredo afirma que a CRE vai colaborar na tramitação, mas manifesta preocupação com consumidor brasileiro

Presidente do Senado paraguaio pede aprovação do novo acordo de Itaipu

O PRESIDENTE DO Senado paraguaio, Miguel Carrizosa, pediu ontem aos parlamentares brasileiros, em reunião na Comissão de Relações Exteriores (CRE), que aprove o acordo de Itaipu, que aumenta a remuneração ao Paraguai sobre o excedente de energia comprado pelo Brasil.

O acordo faz parte da declaração conjunta firmada em 25 de julho último pelos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Lugo, que, entre outros itens, define um novo fator de multiplicação a ser aplicado aos valores recebidos pelo Paraguai a título de compensação pela energia elétrica cedida.

O presidente da CRE, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), disse que irá colaborar para que a matéria



Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Eduardo Azeredo (2º à dir.), ouve pleito de Miguel Carrizosa (2º à esq.)

tramite normalmente, mas registrou que se preocupa com as consequências do acordo para o consumidor brasileiro.

– O Brasil assumiu todo o custo da construção de Itaipu. Com relação aos financiamentos do BNDES ao Paraguai, às

linhas de financiamento, aos projetos de incentivo na área de infraestrutura, não há nenhum questionamento da oposição. Queremos que o Paraguai se desenvolva com seus recursos próprios, mas estamos preocupados com a questão da revisão

do preço da energia, que pode significar aumento de custos para os consumidores – disse.

Em entrevista, ele disse que a CRE vai convidar o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, para explicar as propostas do governo em relação a Itaipu.

Grupo de trabalho da CCT deverá analisar emissoras comunitárias



Cordeiro (E), Paulo Neto, Edilson, Flexa Ribeiro, Lobão Filho, Bechara e Clementino

O estabelecimento de novas regras de funcionamento das rádios e TVs comunitárias deverá ser analisado por um

grupo de trabalho a ser criado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

A sugestão foi apresentada pelo presidente da CCT, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), em audiência que debateu denúncias de descumprimento da legislação por rádios comunitárias e educativas. Ele propôs ainda que senadores e deputados trabalhem juntos em um novo marco regulatório para as telecomunicações.

O senador Lobão Filho (PMDB-MA) anunciou que prepara seu parecer a um projeto de Renato Casagrande (PSB-ES) sobre regulamentação das emissoras comunitárias de televisão (PLS 483/08), o qual pretende modificar para aperfeiçoar as regras para o fun-

cionamento de rádios comunitárias. Autor do requerimento da audiência, João Ribeiro (PR-TO) pediu que as rádios comunitárias “façam o trabalho comunitário que deve ser feito” e que não tenham nomes fantasia.

Participaram da audiência os representantes do Ministério das Comunicações, Marcelo Bechara; da Anatel, Edilson dos Santos; da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Paulo de Carvalho Neto; da Abratel, Marcelo Cordeiro; e da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), Clementino Lopes.



Ideli espera que TCU considere o parecer do procurador-geral

Ideli pode levar à CMA questão do Porto de Itajaí

Ideli Salvatti (PT-SC) disse que poderá submeter à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) a discussão sobre o aditamento ao contrato das obras do Porto de Itajaí, se o Tribunal de Contas da União (TCU) não levar em consideração parecer de seu procurador-geral, Lucas Furtado.

Segundo a senadora, o parecer aponta problemas no aditamento, entre os quais, sobrepreço nos serviços preliminares e falta de assinatura nos projetos. O TCU julgará pedido de autorização feito pela Secretaria Especial de Portos para aprovação de um aditivo ao contrato inicial destinado à recuperação de dois terços do porto.



Expedito: número de vagas no estado cresceu 8,59% no primeiro semestre

Expedito destaca aumento do nível de emprego em RO

Rondônia está entre os sete estados que mais geraram empregos no primeiro semestre, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), afirmou da tribuna Expedito Júnior (PR-RO). Conforme o senador, o estado registrou um saldo positivo de 14.364 empregos com carteira assinada entre janeiro e julho, o que representa crescimento de 8,59%.

– É um balanço extremamente animador para o governo do estado. Demonstra que a economia de Rondônia apresenta um bom dinamismo, resultado da política de desenvolvimento regional eficiente, empreendida pelo governador Ivo Cassol – disse o senador.



Valter Pereira diz que a capital de MS oferece “excelente qualidade de vida”

Valter Pereira lembra os 110 anos de Campo Grande

Valter Pereira (PMDB-MS) saudou a população sul-matogrossense pelo aniversário de 110 anos da capital do estado, Campo Grande, comemorado ontem. O senador disse que os habitantes da capital souberam “construir uma cidade com excelente qualidade de vida ao longo desses anos”. Ressaltou que a capital de Mato Grosso do Sul é a 28ª cidade brasileira com melhor infraestrutura.

Segundo o parlamentar, Campo Grande é uma cidade “progressista e hospitaleira”, para onde emigraram pessoas de várias partes do país – paulistas, gaúchos e nordestinos – e do mundo – árabes, portugueses, espanhóis e japoneses.



Romeu Tuma lembra que Bartolomeu de Gusmão criou o balão a ar quente

Tuma: invento de padre brasileiro completa 300 anos

Os 300 anos da invenção do balão a ar quente, pelo padre brasileiro Bartolomeu de Gusmão, foi tema de pronunciamento do senador Romeu Tuma (PTB-SP). Ele comemorou o feito do religioso e cientista, nascido em Santos (SP).

Tuma relatou ainda que, em 1709, Bartolomeu Gusmão obteve a patente para o aeróstato (veículo aéreo impulsionado por ar quente). Os irmãos Montgolfier se basearam nessa invenção para obter a primeira subida do homem em balão, em 1783, com lastro para controle de altitude. Tuma salientou que foi Alberto Santos Dumont quem comprovou a tese de dirigibilidade dos balões, em 1901.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão deliberativa

A sessão deliberativa do Senado tem início às 14h. Entre os oradores inscritos, estão os senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Paulo Paim (PT-RS) e Romeu Tuma (PTB-SP).

Congresso comemora Dia do Soldado

O presidente do Senado, José Sarney, dirige, às 10h, reunião da Mesa diretora; às 10h50, recebe os comandantes Enzo Martins Peri, do Exército, e Juniti Saito, da Aeronáutica. Às 11h, participa de sessão solene do Congresso Nacional em comemoração ao Dia do Soldado. No Plenário, preside, às 16h, a ordem do dia.

Audiência na CCJ debate a Defensoria Pública

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza, às 10h, a segunda parte de audiência pública para instruir projeto que reorganiza a Defensoria Pública da União. Participam do debate representantes do Ministério da Justiça e de associações do Ministério Público (Conamp); dos procuradores da República (ANRP) e dos defensores públicos da União (Andpu).

CI analisa projeto sobre fiscalização de postos

Às 8h30, a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) tem cinco itens em pauta. Entre eles, projeto determinando que a Agência Nacional do Petróleo divulgue relatórios periódicos dos postos de combustíveis fiscalizados, interditados e atuados, e dos sem fiscalização há mais de um ano.

Reequipamento das Forças Armadas

Audiência pública conjunta, às 10h, das comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) discute sobre o reequipamento das Forças Armadas, especialmente nos aspectos relacionados à compra de submarinos e aviões de combate, e ao projeto Submarino Nuclear Brasileiro. O ministro da Defesa, Nelson Jobim, é um dos convidados.

Romero Jucá cita propostas que o Senado pode votar na próxima semana, como a limitação de gastos com pessoal e a nova lei de licitações

Vice-líder do governo, Valadares afirma que população espera que Senado vote todos os projetos em pauta



Líder do governo, Jucá diz que Plenário tem apreciado matérias e que busca entendimento sobre agenda de votações

Valadares cobra presença do governo em Plenário

VICE-LÍDER DO GOVERNO, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) criticou ontem a ausência em Plenário dos parlamentares da base governista. Valadares afirmou que, embora a oposição tenha anunciado que iria obstruir as votações, só se viam em Plenário o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), e do DEM, José Agripino (RN), quando a ordem do dia estava prestes a começar.

– Quem não está aqui é o governo. Apenas eu estou aqui. Sou vice-líder do governo e líder do PSB, mas estou querendo que meus companheiros estejam aqui comigo – disse o senador.

Ele perguntou onde estavam o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), o líder do PT no Senado, Aloizio

Mercadante (PT-SP), e a líder do governo no Congresso, Ideli Salvatti (PT-SC).

– Estou me sentindo sozinho na base do governo, enfrentando o fato, e a opinião pública está tomando conhecimento, de que não estamos fazendo aquilo que é específico: votar todas as matérias constantes da pauta – reclamou o senador.

Valadares apontou que o Senado atualmente “legisla por exceção”, já que para ele a regra, na Casa, é não legislar. Em sua opinião, apenas votando as matérias em pauta é que se poderá fazer com que a Casa deixe de ser “um ambiente de desarmonia, de alimentação de vaidades”.

O parlamentar contou que recebe grande cobrança quan-

do vai a seu estado, não somente quanto ao andamento da reforma administrativa do Senado, mas também quanto à posição dos senadores cujos atos estão sendo investigados e, sobretudo, quanto à votação de matérias. Ele informou que foi procurado por funcionários que trabalham em regime de periculosidade, pedindo a votação de projeto sobre o assunto que tramita na Casa em caráter de urgência.

– Quero dizer que estou pronto para votar. Se o governo tem maioria, por que, então, a sessão deliberativa não acontece? – indagou, cobrando uma explicação do líder do governo, Romero Jucá.

Jucá, que chegava ao Plenário, ponderou que não recebia

o pronunciamento de Valadares como reclamação, mas como um pleito. Afirmou que foram votadas 11 matérias no dia anterior e que ontem indicações de autoridades iriam a voto. O líder do governo disse ainda que estava trabalhando “na construção de uma agenda de votações” para a próxima semana.

Citou, entre as matérias que podem ser votadas, a proposta que limita os gastos com pessoal na administração pública; a que estabelece novas regras para o divórcio; a que permite o aumento de capital das empresas de aviação brasileiras; e a nova lei das licitações. Lembrou ainda que a comissão parlamentar de inquérito que investiga irregularidades na Petrobras está se reunindo e pediu ao senador

Heráclito Fortes (DEM-PI) que designe Inácio Arruda (PCdoB-CE) como relator da CPI que investiga as organizações não governamentais (ONGs). A CPI é presidida por Heráclito.

Ao pedir a palavra, José Agripino observou que a oposição era, realmente, maioria em Plenário, naquele momento, e assegurou que Heráclito Fortes irá cumprir o acordo com a base do governo. O acordo prevê a indicação de Inácio Arruda para a relatoria da CPI das ONGs em troca do funcionamento da CPI da Petrobras.

Aloizio Mercadante também pediu a palavra, disse que o Senado tem votado as proposições em pauta e reforçou o pedido para que Inácio Arruda assuma a relatoria da CPI das ONGs.

<p>Plenário aprova indicação de embaixadores</p> <p>O Plenário do Senado aprovou na sessão deliberativa de ontem a indicação, pelo presidente da República, de Brian Michael Fraser Neele para ocupar o cargo de embaixador do Brasil junto a Antígua e Barbuda. A indicação foi aprovada com 41 votos favoráveis e 8 contrários.</p> <p>Também foi aprovado o nome de George Ney de Souza Fernandes para o cargo de embaixador do Brasil junto à Líbia e, concomitantemente, junto à República de Malta. George Fernandes recebeu 41 votos a favor e 10 contrários.</p> <p>A decisão do Plenário será comunicada à Presidência da República.</p>	<p>Indicações para a ANA e o Cade são aprovadas</p> <p>Os senadores aprovaram ontem a mensagem presidencial reconduzindo Dalvino Troccoli ao cargo de diretor da Agência Nacional de Águas (ANA). O líder do PSB, senador Renato Casagrande (ES), destacou a especialização de Troccoli em recursos hídricos.</p> <p>O Plenário também acolheu a mensagem indicando Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo para o cargo de procurador-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), vinculado ao Ministério da Justiça. Essas duas decisões do Plenário serão agora comunicadas à Presidência da República.</p>	<p>Atualização de estatuto de Haia</p> <p>Foi acolhido ontem pelo Plenário o Projeto de Decreto Legislativo 482/09, que faz mudanças no texto do Estatuto da Conferência de Haia de Direito Internacional Privado, adotado em Haia, em 30 de junho de 2005. Composto por 16 artigos, o projeto atualiza e adapta o antigo texto do estatuto à realidade do cenário internacional contemporâneo, segundo o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.</p> <p>A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), onde foi relatada por Marco Maciel (DEM-PE).</p>	<p>Acolhidos cinco acordos internacionais</p> <p>Cinco acordos internacionais firmados pelo Brasil receberam ontem aprovação do Plenário.</p> <p>O PDS 495/09, assinado com Israel, prevê cooperação agropecuária. O PDS 504/09, com a Espanha, busca cooperação na área cultural. O PDS 490/09 aprova o texto da Medida I (2003) sobre o funcionamento do Secretariado do Tratado da Antártida.</p> <p>O PDS 501/09, com a Índia, prevê normas sobre atividades remuneradas por parte do pessoal dependente de diplomatas. O PDS 485/09, com a África do Sul, que também abrange a Índia, estrutura cooperação em sociedade de informação.</p>	<p>Regras sobre perícia criminal vão à sanção</p> <p>Projeto da Câmara que estabelece normas gerais para as perícias oficiais de natureza criminal foi aprovado ontem pelos senadores, com base em parecer de Jayme Campos (DEM-MT), relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A matéria vai à sanção presidencial.</p> <p>A proposição (PLC 204/08) assegura ao perito autonomia técnica, científica e funcional; determina a exigência de formação acadêmica específica para o exercício do cargo; prevê regime especial de trabalho; e considera as atividades de perícia oficial criminal como exclusivas de Estado.</p>	<p>MP dos municípios tranca pauta</p> <p>A medida provisória que prevê o repasse de R\$ 1 bilhão ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em 2009 está trancando a pauta do Plenário, mas deve afetar apenas o exame de projetos de lei. Modificada pelos deputados, a MP 462/09 tramita no Senado na forma do PLV 13/09. Pela proposta, a União ajudará as prefeituras a enfrentarem as consequências da crise financeira mediante entrega do valor correspondente à variação nominal negativa entre os valores creditados a título de FPM em 2008 e 2009, antes da incidência de quaisquer descontos.</p>
--	---	--	--	---	---

Lei Maria da Penha será mantida, garantem Casagrande e Serys

Uma comitiva composta por representantes de movimentos femininos entregou à senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) um documento com mais de 5 mil assinaturas a favor da manutenção da Lei Maria da Penha na elaboração do novo Código de Processo Penal (CPP).

O relator do projeto que cria

o novo código (PLS 156/09), Renato Casagrande (PSB-ES), assegurou às mulheres presentes que serão acrescentados dispositivos ao novo CPP, de forma a garantir proteção às mulheres vítimas da violência doméstica e punição aos agressores, como já prevê a Lei Maria da Penha.



Almeida Lima lembra que o Congresso concedeu prerrogativa a Lula em 2008

Oposição critica o cancelamento de emendas apresentadas à LDO

Em reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO), parlamentares de oposição criticaram o governo pelo cancelamento de emendas introduzidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2010. Segundo Efraim Morais (DEM-PB), a “falta de critérios técnicos” para os cortes possibilitou tratamento diferen-

ciado para alguns estados.

O presidente da CMO, Almeida Lima (PMDB-SE), lembrou que o presidente Lula tem a prerrogativa de cancelar emendas. O deputado Gilmar Machado (PT-MG) informou que o Executivo deverá liberar R\$ 1 bilhão por mês para atendimento de emendas individuais até o final do ano.



Jefferson Praia cobra asfaltamento da rodovia BR-319 no Amazonas

Jefferson Praia pede restauração de BR

Jefferson Praia (PDT-AM) cobrou das autoridades responsáveis a recuperação e o asfaltamento da BR-319, rodovia que liga Porto Velho a Manaus.

Segundo Jefferson Praia, a BR-319 recuperada servirá para uma maior integração da Amazônia com o restante do país e ajudará no escoamento da produção agropecuária e tecnológica do Amazonas.

Camata: pesar por Ted Kennedy

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) apresentou requerimento de pesar pela morte, ontem, do senador norte-americano Ted Kennedy, vítima de câncer.

Ele brilhou no mundo inteiro como se fosse presidente dos Estados Unidos. Ele foi um senador do mundo – enalteceu.

Azeredo propõe ações pela inclusão

Ações de inclusão social, de fortalecimento de vínculos com as famílias e de socialização das pessoas com deficiência foram defendidas por Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Azeredo também pediu a manutenção de incentivos às escolas que atendem alunos excepcionais.

Mossoró sofre com falta d'água

A senadora Rosalba Airlini (DEM-RN) informou ontem que, há cerca de 15 dias, bairros populares e o centro da cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, estão sofrendo com o desabastecimento de água potável.



Raupp agradece ao governo federal por investimento no estado

Raupp: Rondônia cresce rapidamente

A economia de Rondônia cresce à taxa entre 7% e 8% ao ano, quase igual à da China, país que detém a maior taxa de crescimento em todo o mundo.

Raupp citou a construção de duas usinas hidrelétricas – Santo Antônio e Girau – no rio Madeira e afirmou que o estado, que até há pouco tempo sofria crises de abastecimento de energia, agora vai exportar para outros estados, "inclusive São Paulo".

Restauração da BR-174 será concluída

Augusto Botelho (PT-RR) informou ao Plenário ter sido comunicado pelo ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, que serão alocados no Orçamento federal R\$ 200 milhões destinados à conclusão das obras de restauração da BR-174, que liga Manaus a Boa Vista.

O ministro atendeu a um pedido meu para poder conseguir libertar o meu povo de uma estrada ruim, que só vivia sendo maquiada, com recuperação de tapa-buraco, que não satisfazia às necessidades do estado de Roraima – disse o senador.

José Agripino diz que "jornais trazem notícias de insatisfações crescentes"; Mercadante afirma que ex-secretária trocou ocupantes de cargos de confiança; Alvaro Dias aponta superfaturamento na Petrobras; Arthur Virgílio quer ouvir funcionários da Receita



JOSÉ AGRIPINO



TASSO JEREISSATI



ALOIZIO MERCADANTE



ALVARO DIAS



ARTHUR VIRGÍLIO

Oposição denuncia, e governo nega, "aparelhamento" da Receita Federal

NA DISCUSSÃO QUE antecedeu a ordem do dia da sessão de ontem, o senador José Agripino (DEM-RN) disse que há três dias "os jornais trazem notícias de insatisfações crescentes" e de "aparelhamento na Secretaria da Receita Federal" que têm de ser esclarecidas.

A intervenção do líder do DEM motivou uma discussão em Plenário da qual participaram o líder do PT, Aloizio Mercadante (SP), e os senadores do PSDB Tasso Jereissati (CE), Alvaro Dias (PR) e Arthur Virgílio (AM), líder do partido.

Agripino afirmou que a saída de Lina Vieira da Receita Federal do Brasil abriu "uma escalada de demissões e uma escalada de suspeitas de aparelhamento". Para ele, o Senado tem de ajudar a

esclarecer o que aconteceu.

Em resposta, o líder do PT disse que a Receita Federal é um órgão técnico que foi prejudicado com desonerações fiscais, fundamentais para amenizar o impacto recessivo que o país tem enfrentado com a crise econômica mundial.

Mercadante lembrou que, quando a nova secretária assumiu, ela trocou muitos cargos de confiança, o que motivou um questionamento da oposição sobre o aparelhamento sindical da instituição.

O líder do PT criticou a atuação de Lina à frente da Receita, por ter quebrado

o sigilo fiscal da Petrobras. De acordo com Mercadante, a Petrobras utilizou o direito de mudar o regime de caixa pelo regime de competência, para se proteger da desvalorização cambial.

Esse direito, enfatizou, não foi utilizado somente pela Petrobras, mas por muitas outras empresa. Afirmou que o secretário da Receita do governo de Fernando Henrique, Everardo Maciel, "veio a público sustentar que aquela operação está correta, está amparada em medida provisória".

Tasso Jereissati, por sua vez, agradeceu "os elogios" feitos por Mercadante a

Everardo Maciel. O senador disse também que Mercadante "praticamente criticou e tirou toda a credibilidade da secretária da Receita Federal nomeada pelo presidente Lula", que era, à época de sua nomeação, "uma pessoa de confiança do PT, uma pessoa realmente ligada ao partido".

Superfaturamento

Já Alvaro Dias pediu que a liderança do governo dê à CPI da Petrobras "a importância que ela merece". Ele sugeriu que as sessões da CPI deixem de ser realizadas juntamente com as sessões do Plenário, como vem ocorrendo.

O parlamentar afirmou que já há um superfaturamento confirmado pelo Tribunal de Contas da União, que pode se tornar "um dos maiores superfaturamentos da história das obras públicas do Brasil", motivo pelo qual a CPI tem de ser uma prioridade no Senado.

Arthur Virgílio disse que a posição da ex-secretária da Receita ficou extremamente fortalecida com a solidariedade de tantos funcionários do órgão, que se demitiram de importantes cargos na instituição. Ele afirmou estar preparando requerimentos para que essas pessoas sejam ouvidas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Heráclito explica critérios para gabinete regional

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI), 1º secretário do Senado, enviou ao *Correio Braziliense* carta em que responde a acusações publicadas ontem pelo jornal em relação ao uso da verba indenizatória a que têm direito os parlamentares na manutenção de escritórios políticos regionais. Veja a íntegra da carta de Heráclito:

"O *Correio Braziliense* errou. E errou feio. Da primeira página à quase totalidade da matéria que recebeu os escandalosos títulos de 'Senado em crise amplia regalias' e 'Cabos eleitorais na folha do Senado'.

Em primeiro lugar, deu como nova uma notícia velha, amplamente divulgada nas últimas quinta e sexta-feiras, inclusive pelo site *CorreioWeb*, às 14h02 do dia 20/8. O projeto foi discutido durante duas reuniões da Mesa diretora, recebeu sugestões de senadores e foi aprovado na reunião do dia 20. Nesse mesmo dia, todos os repórteres que acompanharam a reunião receberam cópia do ato. Portanto, nada foi feito "na surdina".

Lamentavelmente, o repórter absteve-se de procurar técnicos e assessores da Casa, dando ao texto a interpretação que julgou mais conveniente.

A proposta apenas veio corrigir uma lacuna, fechando brechas para o uso indevido de servidores nos escritórios estaduais. Não há aumento de servidores, nem de gastos. Fica tudo absolutamente como está; apenas procurou-se normatizar o que até hoje era informal.

O repórter não entendeu bem. A decisão não permite que 'cada um dos 81 parlamentares (sic) abra quantos gabinetes quiser nos estados, com até 79 funcionários pagos pela Casa'. Os senadores continuam tendo direito ao mesmo número de funcionários: se quiserem manter todos em Brasília, ou todos no estados, ou dividi-los em várias cidades, a decisão é sua.

O que importa é que o gasto não aumenta, seja com os salários, seja com os alugueis, que continuam sendo bancados pela mesma verba indenizatória que já existe, nos mesmos valores. As regras para o período eleitoral também

já estão estabelecidas. Não há também a possibilidade de aumento de 'despesas trabalhistas' nem a medida vai contra os estudos da Fundação Getúlio Vargas, pois não está aumentando gastos, despesas, número de funcionários ou qualquer coisa que o valha.

Nem tão pouco 'acarreta um passivo trabalhista enorme à Casa' – uma conclusão absolutamente fora de propósito. O que está claro no texto é que, apenas os funcionários comissionados, escolhidos diretamente pelos senadores, e não servidores efetivos da Casa, em qualquer de suas unidades, poderão trabalhar nos estados. Nada além. O resto, infelizmente, se insere na tentativa de alguns veículos de imprensa em achar escândalos onde definitivamente eles não existem. É uma pena. Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) 1º secretário do Senado Federal"



Efraim: insistir em nova CPMF é desrespeito a sociedade e Congresso

Efraim Morais condena possível criação da CSS

A possível criação de um tributo nos moldes da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) foi criticada ontem pelo senador Efraim Morais (DEM-PB). Ele se referia à inclusão, na Câmara dos Deputados, de dispositivo no texto do projeto, já aprovado pelo Senado, que regulamentava a Emenda Constitucional 29. O dispositivo cria a Contribuição Social para a Saúde (CSS).

Na avaliação de Efraim Morais, a "recriação" da CPMF significa um desrespeito à sociedade e ao próprio Legislativo, tendo em vista que a contribuição foi extinta pelo Senado em 2007.



Mário Couto lamenta decisão de Ana Júlia de elevar ICMS em 10%

Mário Couto protesta contra mais imposto

Mário Couto (PSDB-PA) criticou a decisão da governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, de baixar um decreto aumentando em 10% o ICMS, afetando as pequenas e médias empresas. Ele ressaltou que, diante disso, as empresas só terão duas opções: fechar as portas ou transferir o imposto para os consumidores.

O senador chamou atenção para o fato de o Pará ter um dos menores índices de desenvolvimento do país e disse acreditar que a ideia da governadora foi inspirada pelo governo federal, que pretende criar a Contribuição Social para a Saúde (CSS) em substituição à CPMF.



Mão Santa espera que a Câmara também aprove o projeto que cria o piso

Mão Santa apoia piso para agente de saúde

Mão Santa (PMDB-PI) elogiou o projeto que institui um piso salarial de R\$ 930 para agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. De autoria da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), a proposta foi aprovada ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

– Hoje, o Senado deu um passo ao aprovar essa matéria. Espero que a Câmara nos acompanhe – disse ele.

Mão Santa voltou a afirmar que pode deixar o PMDB. No início do mês, ele havia dito que isso é possível porque o partido, em seu estado, ameaça negar-lhe a legenda para disputar a reeleição ao Senado.



Serys elogia ações do Programa Nacional de Segurança com Cidadania

Serys destaca Bolsa Formação para policial

Para anunciar a realização, em Brasília, da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg), Serys Silhessarenko (PT-MT) destacou medidas do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci), instituído pelo atual governo.

Entre as medidas, Serys elogiou a Bolsa Formação de R\$ 400 por mês para os trabalhadores da segurança pública que têm baixos salários. Atualmente podem pleitear o benefício os policiais com salário de até R\$ 1,7 mil. A senadora disse que há uma proposta do Ministério da Justiça aumentando esse teto, para que mais policiais possam receber a bolsa.



Demosthenes Torres critica defensores de uma revisão da anistia

Demosthenes lembra 30 anos da Lei de Anistia

Para lembrar que a Lei de Anistia completa 30 anos amanhã, o senador Demosthenes Torres (DEM-GO) criticou aqueles que defendem a reinterpretação dessa norma – como o ministro da Justiça, Tarso Genro, e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – "para pretensamente alcançar os torturadores". Ele afirmou que, com essa atitude, "os revanchistas poderão reabrir as feridas curadas do regime militar".

– Por que, 30 anos depois, fulminar, espezinhar e retalhar uma lei que só fez bem ao país? – questionou. Para Demosthenes, o governo "está flagrantemente dividido" quanto ao tema.

Jucá: Félix poderá mostrar a senadores o sistema de segurança do Planalto

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), comunicou ontem, na reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que o ministro-chefe da Segurança Institucional, general Jorge Armando Felix, colocou-se à disposição para receber comissão de senadores que queiram conhecer a estrutura de segurança do Palácio do Planalto.

O líder do DEM, José Agripino (RN), afirmou que o importante não é ouvir o general, mas ter à disposição as fitas que registram a entrada e saída de pessoas no Planalto. Já Alvaro Dias (PSDB-PR) lembrou ter encaminhado, terça-feira, ofício solicitando cópia do contrato entre o palácio e a empresa que presta serviço de segurança à instituição.

Sérgio Guerra pede explicações a Sarney, que se desculpa por mal-entendido

Sérgio Guerra (PSDB-PE) questionou, em Plenário, o presidente do Senado, José Sarney, sobre entrevista ao canal GloboNews. Na interpretação de Sérgio Guerra, a entrevista dá a entender que Sarney culpa a oposição – em especial o PSDB – pela "luta política" dos últimos meses no Senado.

O PSDB não tem nada com isso, não radicalizou sua posição e defendeu sempre uma atitude de respeito com todos. Em nenhum momento nós fomos o partido, como vossa excelência afirmou, que produziu essa crise – disse Sérgio Guerra a Sarney, que presidia a sessão.

Sérgio Guerra argumentou que o PSDB jamais presidiu ou administrou o Senado. Disse ainda que as acusações e críticas à atual gestão da Casa foram levantadas pela imprensa.

– E não foi o PSDB o primeiro partido a solicitar o afastamento do senador José Sarney. Partidos aliados dele o fizeram antes, a exemplo do PT, que, por uma ou outra razão, seguramente o líder Mercadante é capaz de informar, mudou de opinião – disse o senador.

Sérgio Guerra disse ainda que o PSDB nunca conspirou contra o mandato "de Sarney e sempre defendeu o direito ao contraditório", sem prejulgamentos. Acrescentou que a posição do PSDB é de solicitar sempre o esclarecimento de denúncias feitas.

O PSDB não levantou crise e recolheu os meses no Senado. E meo e fim no presidente José Sarney, mas entendeu que o Senado está em estado de crise. É inconcebível que um Senado, em uma democracia, viva momentos como o que vive o Senado brasileiro, tendo sobre ele o julgamento que a opinião pública tem – disse Sérgio Guerra.

Para o senador, o presidente Lula "é o principal autor da crise" na Casa.

Em resposta, Sarney pediu desculpas pelo mal-entendido: "O PSDB não teve nenhuma responsabilidade na origem dessa crise. Se naquela hora fui induzido pelo repórter a dizer isso, eu peço desculpas".

Logo depois, Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse que as denúncias contra Sarney "vieram de fora para dentro". Sarney concordou: "O meu cartão é o cartão branco, o cartão da paz".



Para Sérgio Guerra, o presidente Lula "é o principal autor da crise no Senado"

Genildo Magalhães



Efraim: insistir em nova CPMF é desrespeito a sociedade e Congresso



Mário Couto lamenta decisão de Ana Júlia de elevar ICMS em 10%



Mão Santa espera que a Câmara também aprove o projeto que cria o piso



Serys elogia ações do Programa Nacional de Segurança com Cidadania



Demosthenes Torres critica defensores de uma revisão da anistia



Cristovam Buarque prepara relatório que será entregue em outubro

Cristovam denuncia "apagão" intelectual

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse ontem que pretende apresentar em outubro o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Intelectual Brasileiro. Embora a CPI não tenha sido de fato criada, o senador explicou que vem trabalhando de forma "silenciosa", a partir da troca de informações com especialistas e da leitura de publicações sobre o tema.

Cristovam afirmou que o trabalho, intitulado "Um país em risco", vai apontar os principais riscos a que estará exposto o país caso não sejam adotadas medidas futuras para o aprimoramento da educação.



Suplicy contesta argumentos de jurista em defesa do fim do Senado

Suplicy elogia sistema parlamentar bicameral

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) leu em Plenário o artigo de sua autoria "Extinção do Senado: sim ou não?", em que defende o sistema bicameral do Poder Legislativo. O senador contesta artigo do constitucionalista Dalmo de Abreu Dallari publicado no *Jornal da OAB* em que o jurista defende a extinção do Senado.

– Eu considero que nós podemos fazer do Senado uma Casa que se justifique inteiramente, uma Casa exemplar, inclusive na forma como administramos os nossos recursos e na transparência de todas as nossas ações – disse Suplicy.

Relatores, que apresentaram ontem seu parecer às comissões de Constituição e Justiça e de Ciência e Tecnologia, retiraram mudanças polêmicas do texto da Câmara, como a votação fora do domicílio eleitoral e a impressão do voto

Comissões marcam votação da reforma eleitoral para terça-feira

PEDIDO DE VISTA coletivo adiou a votação da reforma eleitoral para a próxima terça-feira, em reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Essa decisão foi tomada no encontro de ontem, após leitura do parecer de 27 páginas elaborado pelos relatores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), pela CCT, e Marco Maciel (DEM-PE), pela CCJ.

Os relatores analisaram 74 emendas ao projeto da Câmara (PLC 141/09), do deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), que alteram as regras eleitorais. De acordo com o presidente da



Azeredo (E), Flexa Ribeiro e Demostenes em reunião conjunta da CCJ e da CCT

Comissão de Justiça, senador Demostenes Torres (DEM-GO), a votação nas comissões precisa ser realizada terça-feira, para que o Plenário da Casa possa apreciar a proposta na quarta-

feira e enviá-la, no mesmo dia, para a Câmara dos Deputados, que deverá analisar as diversas alterações feitas no Senado.

A pressa tem um motivo: para que as alterações na legislação eleitoral possam vigorar já nas eleições de 2010, precisam ser aprovadas, sancionadas e publicadas, pelo menos, um ano antes do pleito, ou seja, até 3 de outubro deste ano.

Para ganhar tempo e facilitar a análise do parecer pelos senadores, Demostenes Torres solicitou aos relatores a elaboração de um quadro comparativo com as principais modificações sugeridas pelo Senado em relação à proposta já aprovada na Câmara.

Permissão a anúncio pago na internet

Entre as principais alterações propostas pelos relatores na reforma eleitoral, está a permissão para veiculação na internet de propaganda paga. A proposta da Câmara autoriza os candidatos, os partidos políticos e as coligações a explorarem a internet nas campanhas, como meio de comunicação com o eleitor, mas proíbe a veiculação de qualquer tipo de propaganda paga por esse meio. Também não autoriza a realização de propaganda, mesmo gratuita, em portais noticiosos e informativos da internet.

A emenda de Eduardo Azeredo e Marco Maciel, contudo, restringe esse tipo de publicidade aos sites voltados à veiculação de notícias, mantendo a proibição para páginas de pessoas jurídicas cuja atividade final não seja relacionada à oferta de serviços de informação pela internet.

– Permite-se, assim, que esse meio de comunicação, ainda em desenvolvimento, receba mais investimentos. E, sobretudo, fomenta-se a experimentação da propaganda partidária em um meio cujas respostas ainda não se conhecem – explicam os relatores.

O projeto da Câmara também permite a utilização da internet para facilitar o procedimento de doações de pessoas físicas, que passarão a preencher um formulário eletrônico, possibilitando também a doação por cartão de crédito. Mas o parecer elaborado por Azeredo e Maciel sugere ainda a inclusão do telefone como ferramenta adicional para facilitar as doações.

– Frise-se que o uso da internet e do telefone como meios de transferência de doações exigirá dos partidos e dos intermediários, os bancos e as operadoras de telecomunicações, cooperação mútua – explicam.

Relatores rejeitam introdução do voto impresso

O relatório dos senadores Eduardo Azeredo e Marco Maciel proíbe o voto impresso, em sentido contrário ao projeto da Câmara. O texto original estabelece que o voto impresso deverá ser depositado, de forma automática e sem contato manual do eleitor, em local previamente lacrado, para que, após o término da votação, a Justiça Eleitoral possa realizar auditoria por amostragem aleatória.

Para embasar a decisão pela proibição do voto impresso, os relatores transcreveram, no parecer, trecho de relatório do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), demonstrando inconvenientes diversos para esse procedimento.

– A utilização de componentes mecânicos acoplados ou inseridos nas urnas eletrônicas aumentará drasticamente a taxa de falha desse equipamento, o que poderá exigir a votação em papel em diversas seções – justificam Maciel e Azeredo.

No entanto, para garantir a auditoria do resultado das eleições, emenda dos dois relatores propõe tornar disponíveis para os partidos, coligações e candidatos 100% dos arquivos eletrônicos e das urnas utilizadas nas eleições.

Parecer contrário ao voto em trânsito

De acordo com a proposta da Câmara dos Deputados, o voto em trânsito fica autorizado em todo o território nacional, por meio de urnas instaladas nas capitais dos estados, conforme regulamentação a ser editada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No entanto, emenda dos relatores Marco Maciel e Eduardo Azeredo mantém o atual sistema – que permite apenas a justificação do voto – para os que se encontram fora do seu domicílio eleitoral no dia da votação.

Os relatores explicam que a medida seria de difícil aplicação.

– Para que fosse consistente a votação em trânsito, cada seção eleitoral do país deveria ser capaz de identificar corretamente o eleitor e notificar à seção de domicílio daquele cidadão que o voto já foi realizado. Além disso, seria necessário que o sistema bloqueasse a realização de votação em mais de uma zona eleitoral no mesmo dia, sob pena de computar votos em duplicidade.

Polição visual

Para evitar abuso de poder econômico e reduzir a poluição visual gerada pelo excesso de material publicitário usado pelos partidos durante a campanha, uma emenda propõe que o material de propaganda em bens particulares ocupe, no máximo, 20% da área visível do meio de suporte à propaganda, no caso de fachada do prédio, de muro ou de qualquer outro bem particular. O projeto da Câmara já estabelece que o material de propaganda em bens particulares não deve ultrapassar o limite de quatro metros quadrados para faixas, placas, cartazes e assemelhados.



Lúcia Vânia: projeto adapta sistema eleitoral à evolução tecnológica

Para Lúcia Vânia, mudança proposta contém avanços

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) afirmou que as mudanças eleitorais em discussão no Senado (PLC 141/09) não representam a reforma eleitoral “que todos sonham”, mas contém avanços, especialmente por fixar normas sobre o uso eleitoral da internet. Ela lamentou que tenham sido frustradas nos últimos anos todas as tentativas do Congresso de elaboração de uma profunda reforma político-eleitoral.

Lúcia Vânia assinalou que as mudanças em votação estão adaptando o sistema eleitoral à evolução tecnológica, lembrando que o Brasil “sempre inovou e foi pioneiro em relação às urnas eletrônicas”.



Neuto de Conto ressalta que instituição deve funcionar em 2010

Neuto de Conto aplaude criação de universidade

Neuto de Conto (PMDB-SC) comemorou a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). O projeto que formaliza a iniciativa (PLC 152/09) foi aprovado terminativamente na terça-feira pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado. A matéria aguarda somente a sanção do presidente da República.

A nova universidade terá sede na cidade de Chapecó (SC) e contará com cinco campi – um na cidade-sede e outros em Cerro Largo (RS), Erechim (RS), Laranjeira do Sul (PR) e Realeza (PR). A instituição deve começar a funcionar em 2010.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mão Santa • Arthur Virgílio • Romeu Tuma • Jefferson Praia

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

CCJ aprova projetos tornando impenhorável o imóvel de fiador de aluguel e criminalizando o falso testemunho e a falsa perícia em inquérito civil

Fim de adicional pago por trabalho em comissões

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem a proibição de pagamento de qualquer tipo de gratificação aos servidores do Senado, efetivos ou comissionados, por atividade como integrante de comissões permanentes, temporárias ou especiais. A medida também alcança os chamados grupos de trabalho.

O projeto de resolução (PRS 29/09), de Eduardo Suplicy (PT-SP), seguirá para a Comissão Diretora, que dará a palavra final. Para Suplicy, não há justificativa para o pagamento de "adicionais remuneratórios" por participação nessas comissões.

Ao recomendar a aprovação, o relator, Pedro Simon (PMDB-RS), disse que a proposta era um dos itens importantes no rol das medidas necessárias à "normalização" da situação do Senado. No relatório, Simon afirma que os pagamentos eram um dos "focos de desmandos" na Casa.

Pelo texto original, era vedado o pagamento de "vantagem", a qualquer título, a servidores da Casa por trabalhos nas comissões. Wellington Salgado (PMDB-MG) levantou dúvidas sobre o alcance da medida. Segundo ele, até mesmo horas extras poderiam ser enquadradas como "vantagem", com prejuízo para servidores que, de forma justificada, trabalhassem além da jornada. Por sugestão de Demostenes Torres (DEM-GO), o termo "gratificação" foi introduzido no texto, em substituição a "vantagem".

Wellington Salgado manifestou ainda preocupação com medidas que, como observou, possam estar sendo adotadas pela Casa nesse momento de crise sem o necessário amadurecimento das soluções.

– Um problema aparece, e são tomadas soluções imediatas que depois se tornam sem efeito.

Renato Casagrande (PSB-ES) considerou natural que os debates sejam intensificados em momentos como o atual e que sejam apresentadas iniciativas de reformas para prevenir "crises futuras". Por sua vez, Valter Pereira (PMDB-MS) sugeriu que, no plano administrativo, todas as propostas já apresentadas pelos senadores constem do projeto de reforma da estrutura organizacional da Casa, que está sendo elaborado sob supervisão da Fundação Getúlio Vargas.



Ao lado de Marconi Perillo (E), Demostenes Torres preside a reunião da Comissão de Constituição e Justiça

Prazo para requerer pensão por morte poderá aumentar

O PRAZO MÁXIMO para que a pensão por morte seja requerida junto à Previdência Social poderá ser ampliado de 30 para 90 dias. Proposta com esse objetivo foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O texto do projeto original (PLS 466/03), apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), propunha a retirada desse prazo limite, estabelecendo que a pensão por morte fosse devida a partir do óbito do segurado. O relator da matéria, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), havia concordado

inicialmente com essa proposta, mas optou ao final pelo texto alternativo apresentado por Valdir Raupp (PMDB-RO), estabelecendo o prazo limite de 90 dias.

Desde 10 de dezembro de 1997, em razão de modificação na lei que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência, esse direito só é contado a partir do óbito quando o benefício for requerido até 30 dias desde a data do falecimento. Se esse tempo for ultrapassado, passa a valer a data do requerimento formal do benefício.

Em sua proposta alternativa, Valdir Raupp argumentou que essa alteração na legislação visou evitar fraudes que ocorriam quando do registro do óbito, principalmente de trabalhador rural.

Ele justificou que era comum pessoas declararem, no cartório, que o óbito ocorreu há muito tempo, às vezes em períodos superiores a um ano, com o intuito de receberem pensão retroativamente. Segundo o senador, a denúncia foi enviada por integrante da magistratura do Maranhão.

Garantia contra penhora a imóvel de fiador de aluguel

A CCJ aprovou ontem projeto que muda regras do sistema de fiança relativo aos aluguéis, para garantir que o imóvel de moradia do fiador também passe a ser considerado impenhorável. Pela legislação vigente, o imóvel de residência da família não pode servir como garantia em nenhuma transação econômica, havendo apenas a exceção que desfavorece os fiadores locatícios, sujeitos ao risco de terem sua moradia penhorada para cobrir os aluguéis atrasados do inquilino a quem ofereceram fiança.

A proposta (PLS 408/08), de Papaléo Paes (PSDB-AP), ganhou apoio de todos os senadores presentes, inclusive do relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE). A matéria foi aprovada em decisão terminativa.

No texto em que justifica o projeto, Papaléo Paes observa que, desde a edição da chamada Lei do Bem da Família (Lei 8.009/90), o país passou a oferecer uma garantia mínima aos proprietários de imóvel e suas famílias, ao vedar a penhora do imóvel utilizado como moradia.

Falso testemunho em inquérito pode ser crime

O falso testemunho e a falsa perícia oferecidos em inquérito civil poderão ser considerados práticas criminosas, segundo projeto aprovado ontem pela CCJ, em caráter terminativo.

De acordo com o autor do projeto (PLS 52/09), senador Demostenes Torres (DEM-GO), o inquérito civil é um importante instrumento de investigação da sociedade, quando ocorre ofensa ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, assim como outros interesses difusos e coletivos. Um testemunho falso ou uma falsa perícia, argumenta ele, podem conduzir ao ajuizamento equivocado de uma ação civil pública contra um inocente, ou mesmo excluir um responsável pela lesão.

Para Romeu Tuma (PTB-SP), o projeto, que obteve parecer favorável de Adelmir Santana (DEM-DF), vem suprir uma lacuna na legislação sobre o crime de falso testemunho. A proposta, que altera o artigo 342 do Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40), é fruto de sugestão da Associação Paulista do Ministério Público.

Debate sobre diploma para jornalistas

A CCJ deve realizar audiência para debater proposta que pretende incluir no texto da Constituição dispositivo para tornar obrigatória a exigência de diploma de curso superior em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista. Ainda sem data marcada, a realização da audiência foi aprovada na reunião de ontem. Serão convidadas entidades de classe dos jornalistas, assim como as que representam empresas do setor de comunicação.

O requerimento foi apresentado pelos senadores Inácio Arruda (PCdoB-CE), relator da matéria (PEC 33/09), e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), autor da proposição.

O debate deverá contar com a participação dos presidentes da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Sérgio Murillo de Andrade, e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Maurício Azêdo, entre outras entidades da classe. Os presidentes da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, Daniel Pimentel Slaviero, e da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Judith Brito, serão convidados para representar a área empresarial. A lista de debatedores inclui ainda o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Raimundo Cezar Britto Aragão, além de membros da comunidade acadêmica.

Outros dois pedidos de audiência pública foram aprovados. Um deles para debate sobre a venda de bebida alcoólica a crianças e adolescentes. O objetivo é colher subsídios para instruir o exame de projeto (PLS 48/09) da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) que tipifica como crime a venda de bebidas a pessoas nessa faixa etária. Serão convidados, entre outros, o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e o médico e escritor Drauzio Varella.

O último requerimento sugere debate sobre a regulamentação de atividades de pesquisa, produção e comércio de clones de mamíferos (exceto humanos), peixes, anfíbios, répteis e aves. A proposta é do senador Jayme Campos (DEM-MT), relator de projeto que trata do tema (PLS 73/07), também apresentado por Kátia Abreu.

Flexa Ribeiro relata viagem pelo interior do Pará



Flexa Ribeiro

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) relatou viagem que fez por municípios do interior do Pará, começando por Paragominas, onde discutiu com representantes locais uma forma para que o município leve ao restante do Brasil seu exemplo de boa gestão ambiental.

O parlamentar lamentou que o município tenha sido incluído na Operação Arco de Fogo, no ano passado, sobre queimadas ilegais. Segundo ele, isso se deu em razão do passado do município, não por seu presente.

Outro município visitado foi São Miguel, polo da indústria cerâmica. Flexa Ribeiro observou que o estado já é autossuficiente na produção de cerâmica e tijolos.

Inácio Arruda defende exigência de diploma



Inácio Arruda

Inácio Arruda (PCdoB-CE) elogiou a Proposta de Emenda à Constituição 33/09, de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que restituiu a obrigatoriedade de diploma para o exercício da profissão de jornalista. Inácio Arruda, que é relator da PEC na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), registrou que ele e Valadares participaram, na segunda-feira, em Fortaleza, de audiência pública sobre o tema.

Para o senador cearense, a proposta "vai reparar uma decisão absolutamente equivocada do Supremo Tribunal Federal ao estabelecer que, para produzir e transmitir a informação, não se precisa de um profissional adequadamente formado".

Arns destaca atuação das Apaes em todo o país



Flávio Arns

O Brasil é o país que registra “o maior movimento em todo o mundo” em favor das pessoas com deficiência, afirmou Flávio Arns (PT-PR), ao destacar em Plenário que a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) já está presente em 2 mil municípios brasileiros.

O senador registrou o início, no último domingo, da Semana Nacional do Excepcional, desenvolvida desde 1964, dedicada à reflexão sobre os problemas dos excepcionais e à realização de olimpíadas e festivais de artes envolvendo pessoas com deficiência. Arns acredita que estejam sendo promovidas pelo menos 10 mil atividades em todo o país, principalmente pelas Apaes.

Claudino festeja sucesso de produtos piauienses



João Claudino

João Vicente Claudino (PTB-PI) ressaltou os processos de certificação das opalas de Pedro II e de indicação geográfica da cajuína, bebida típica do Piauí. O senador também lembrou o bom resultado das experiências tecnológicas na conversão dos desertos piauienses em áreas de alta produtividade agrícola. Ele atribuiu esse desempenho a uma nova mentalidade desenvolvimentista que domina o Piauí.

– Para desatrelar-se, em definitivo, de um modelo infundadamente arcaico de exploração econômica, ao estado não restaria outra solução senão uma incursão firme em setores econômicos menos explorados nos múltiplos mercados do país – afirmou.



Daniela Nascimento, Adailton Dias, Wilson do Egito, Quintanilha, Júlio Miragaya e Robésio de Sena

Desenvolvimento do turismo no Nordeste exige qualificação

A capacitação da população local e a formalização do emprego é o caminho do desenvolvimento do turismo no Nordeste, conforme avaliou o coordenador-geral de Serviços Turísticos do Ministério do Turismo, Ricardo Moesch, em audiência pública que discutiu ontem o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte. O encontro foi promovido pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) por iniciativa dos senadores Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e César Borges (PR-BA).

Ricardo Moesch salientou que o turismo pode resolver o problema do baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) na região.

Governo anuncia investimentos na região do Meio-Norte

Os investimentos do governo na região do Meio-Norte, formada por municípios do Maranhão, Ceará e Piauí, foram anunciados pelo coordenador-geral do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte (PDSRT Meio-Norte), Júlio Miragaya, em audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Entre as melhorias definidas, estão a recuperação e pavimentação das estradas BR-402 e BR-222; a destinação de verbas para os portos de Parnaíba (R\$ 30 milhões) e de Luís Correia (R\$ 64 milhões), ambos no Piauí; o apoio à instalação de planos de manejo nas áreas de conservação do delta do Parnaíba; e o fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente.

Benefício para quem trabalha em contato com explosivo ou inflamável

Projeto de Paulo Paim sobre adicional de periculosidade a categorias profissionais expostas a perigo iminente de acidente foi aprovado terminativamente na Comissão de Assuntos Sociais e segue para análise da Câmara

PROPOSTA QUE INCLUI as atividades profissionais que exponham o trabalhador a contato permanente com explosivos ou inflamáveis entre as que têm direito a receber adicional de periculosidade, por representarem acentuado risco de vida e perigo iminente de acidente ou violência física, foi aprovada por unanimidade na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

Na justificativa do projeto (PLS 387/08), o autor, Paulo Paim (PT-RS), afirma que

existem várias profissões que trazem risco à vida e à integridade física dos que as exercem, mas que não estão relacionadas no artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que trata do direito ao adicional de 30% sobre o salário, a título de periculosidade. Para o senador, essa situação é injusta, por tratar diferentemente trabalhadores expostos ao mesmo problema. Paim acrescentou que o adicional de periculosidade jamais será capaz de compensar a

exposição da vida ao perigo, mas representa o reconhecimento e a valorização dos profissionais.

O projeto, que foi relatado por Flávio Arns (PT-PR), segue agora para exame da Câmara dos Deputados.

Foram aprovados ainda pela CAS dois requerimentos, sendo um de Raimundo Colombo (DEM-SC), solicitando audiência pública para discutir a intenção do governo federal de criar reservas indígenas em Santa Catarina, e outro de Mão Santa (PMDB-PI), com pedido de informação ao Ministério da Saúde sobre ações destinadas a prevenir câncer do colo uterino e câncer de mama.



José Nery (E), Inácio Arruda, Paulo Paim e Flávio Arns em reunião da Comissão de Assuntos Sociais

Regulamentação para instrutor de trânsito

Os instrutores de trânsito poderão ter a profissão regulamentada. A Comissão de Assuntos Sociais aprovou, por unanimidade, projeto com esse objetivo, que exige dos interessados em atuar na profissão diploma de conclusão do ensino médio e certificado de curso específico da área, realizado pelo órgão executivo de trânsito. O relator da proposta (PLS 173/08) na CAS foi Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

A comissão acolheu também substitutivo de Renato Casagrande (PSB-ES) ao PLC 187/08, que regulamenta a profissão de técnico em imobilização ortopédica. O profissional deverá apresentar diploma na especialidade registrado em órgão federal competente, expedido por escola

técnica devidamente reconhecida. Outras propostas aprovadas são o PLC 69/01, que obriga a rede privada a atender pacientes em municípios onde não houver unidades do Sistema Único de Saúde (SUS); e o PLC 5/09, que inclui as vacinas contra a hepatite A, meningocócica C, pneumocócica C, entre outras, no calendário básico de vacinação da criança. Esses quatro projetos seguem para o Plenário.

A CAS acatou ainda o PLC 73/09, que faculta à Anvisa celebrar convênios de cooperação técnica e científica com universidades e organismos internacionais com os quais o Brasil tenha acordos para isso. O projeto segue para votação terminativa na CCT.

Piso salarial dos agentes de saúde passa na CAS

Projeto que fixa piso salarial nacional no valor de R\$ 930 para os agentes comunitários de saúde e de combate às endemias também foi aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais.

Conforme a proposição (PLS 196/09), de iniciativa da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), para fazer jus ao piso, o profissional deverá ter o segundo grau completo.

O piso salarial, segundo a proposta, será integralizado de forma progressiva e proporcional no prazo de 12 meses, contados a partir da entrada em vigor da lei. Caberá à União fazer os repasses financeiros por meio de recursos de seu orçamento, na forma e nos limites previamente estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

A relatora, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), enalteceu o trabalho dos agentes de saúde, que “exercem importante papel no combate às doenças e, por isso, devem ser valorizados”. O projeto irá logo à Câmara, se não for apresentado recurso para votação em Plenário.

Quintanilha destaca potencial do turismo



Leomar Quintanilha

Leomar Quintanilha (PMDB-TO) lembrou a comemoração, em 27 de setembro, do Dia Mundial do Turismo, lamentando que a atividade não desperte tanta atenção no Brasil, que ocupa o 45º lugar no ranking mundial nessa área.

– O Brasil é um país que poucos conhecem, que ainda não usa a atividade turística como vetor de desenvolvimento social e econômico – lamentou o senador, apontando a “capilaridade e multiplicidade” de segmentos econômicos agregados ao setor.

Leomar Quintanilha salientou que o turismo é capaz de gerar milhares de empregos e contribuir para o desenvolvimento de atividades ecologicamente corretas.

João Ribeiro comemora aniversário de Miracema



João Ribeiro

O aniversário de 61 anos de emancipação política da cidade de Miracema do Tocantins, a primeira capital do estado, foi lembrado ontem por João Ribeiro (PR-TO).

O senador relatou sua participação em solenidades de inauguração de dois postos de saúde, de obras de pavimentação asfáltica com extensão de 60 mil metros quadrados, além de obra de drenagem realizada em bairro da cidade.

– Conseguimos colocar no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) R\$ 35 milhões para a obra de macrodrenagem e estamos conseguindo mais R\$ 6 milhões para a sua conclusão – disse João Ribeiro.